

GABINETE
DO
PREZIDENTE DO AMAZONAS

Mandado de Fimase de 1874



Mo. Exmo Sr. Comendador

José Alfredo Correia de Oliveira.

J.
Depois de ouvi as proposições, e de um encontro de opiniões, havia decidido a vitoriosa implementação da vila, 5º apresentou novas cenas futuras de territorialização.

Louvava logo clama as populações, e com senso lúcido seu voto num grande, singular e útil e nobre projeto em que condicuia todo o governo ao poder, e ate p' todos é respeitado.

Inmediatamente estabeleci a implementação imediata sobre o território dos indígenas atacados a mal.

No vicin-Bulletin Office, onde Odor é ordenado e expedido.

Consi, para, q n' temos o efeito considerável q ja operaram, e q houve. São desejadas dentro das mesmas incógnitas.

Em seguida a deputado n' temos grande espírito q' q' interessa, e n' esse sentido temos sede auxiliada pelo Ministro de Relações Exteriores, e comissários consulares, e nomeia um conselho de presidente.

Se em breve levar pelo governo, e p'

u. tds o pntos hou un cundo escorso, tria occorrencia
grande duplo, e esa vntige a sude pntos.

Tria opus distributo reclamando qrescos
en criterio e comitido en sno.

Felizme. varas me pde a prisa calcur
u' u's e u's occorrencias dificas, q te de etradas es
administracion.

C' o f'e u' opus c'presa a Uda.
a que me licencia subscru me

de Uda

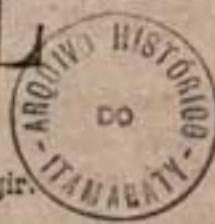
an. n^o 06^o - 6^o

Domingo dia 20 de Setembro

BOLETIM OFICIAL

Publica-se em dias indeterminados, e sempre que a afflúencia do serviço o exigir.

Reservam-se salvoapostas à taxa de 100000 por Socio de 37 reis.—Folha media: 1250 milhas.



PARTE OFICIAL

GOVERNO GERAL

2.ª Secção.—N.º 191.—Ministério dos Negócios do Império.—Rio de Janeiro, em 15 de Janeiro de 1874.—Ilm.^o e Exm.^o Sr.—O Governo Imperial aprovou a decisão pela qual V. Exc.^o, respondendo à consulta que lhe fizera a Câmara Municipal da capital, declarou que esta procedeu regularmente, em virtude da disposição do artigo 29 da lei n.º 2.033 de 20 de Setembro de 1871, deixando de deferir juramento e dar posse ao vereador Jesuíno da Costa Fonseca, que fôra condenado por crime de responsabilidade, e embora tivesse apelado da sentença, não provára haver sido absolvido.

Fica assim respondido o seu ofício de 24 de Janeiro do anno passado.

Deus Guarde a V. Exc.^o.—Jodo Alfredo Correia de Oliveira.—Sr. Presidente da Província do Amazonas.

Comunique-se e publique-se. Palácio da Presidência do Amazonas, em 17 de Fevereiro de 1874.—Peixoto.

GOVERNO DA PROVÍNCIA

Ilm.^o e Exm.^o Sr.—Tenho a honra de comunicar à V. Exc.^o que, em virtude da portaria de 16 de Janeiro ultimo que creou fóro civil e conselho de jurados em Silves, para lá segui no dia 1.^o do corrente e à 6 do mesmo, instalei ali o respectivo fóro, convidando á todas as autoridades e mais empregados a prestar os seus juramentos e a entrar no exercício de seus empregos. Outrosim convoquei logo os dois membros da junta revisora afim de se proceder ao sorteio dos 48 jurados que hão de servir na proxima sessão do jury, nomeando para esse fim um escrivão interino do jury. Apraz-me aqui scientificar à V. Exc.^o que aquello acto do governo fôi acolhido com o mais vivo sentimento de benevolia satisfação por todo o povo d'aquelle vilha, constituindo-me a respectiva câmara municipal seu interprete ante V. Exc.^o, pedindo-me que fielmente transmittisse os sens votos de agradecimento sincero e mais firme adhesão à administração de V. Exc.^o, á quem se mostram assis devotados por mais esse beneficio que lhes veio de fazer. Manaus, 12 de Fevereiro de 1874. Deus Guarde á V. Exc.^o.—Ilm.^o e Exm.^o Sr. Dr. Domingos Monteiro Peixoto, muito digno Presidente da Província.—O Juiz de Direito interino, Ernesto Rodrigues Vieira.

Província do Amazonas.—Palácio em Manaus, 16 de Fevereiro de 1874.—Como tenha aparecido novos casos da variola e convenha obstar que toma de novo proporção assustadora, convém quo V. S.^o com todo rigor proceda a mais vigorosa syndicância a respeito, e faça ser removidos á enfermaria os doentes que não possam ser tratados convenientemente em suas casas por falta de meios.

Outrosim, sendo por demais inconveniente á salubridade pública o tratamento de doentes variolosos em casas particulares, que se prestem a esse serviço, porque por este modo se estabelecerão focos miasmáticos em diversos pontos da cidade, deve para isso V. S. fazer remover para a enfermaria da praça de S. Sebastião os doentes, que n'ella tiverem sido recebidos, pedindo para essa fin a auxílio da polícia se for necessário, sendo que nesse sentido foram dadas as convenientes ordens.

Deus Guarde a V. S.^o.—Domingos Monteiro Peixoto.—Sr. inspector da saude pública.

Palácio do Governo da Província do Amazonas, em Manaus, 16 de Fevereiro de 1874.—Avista dos novos casos que estão aparecendo de variola, ordenei ao inspector da thesouraria de fazenda, que restabelecesse a enfermaria do largo de S. Sebastião, continuando o dr. Aprigio Martins de Meneses encarregado da direcção d'ella.—Deus Guarde a Vmc.—Domingos Monteiro Peixoto.—Sr. Dr. João Pedro Maduro da Fonseca, inspector da saude pública.

Província do Amazonas.—Palácio em Manaus, 16 de Fevereiro de 1874.—Ilm.^o Sr.—Tendo restabelecido a enfermaria da praça de S. Sebastião, porque tem se dado novos casos de variola; recommendo a V. S.^o que por si e por intermedio dos seus agentes preste todo o auxílio ao inspector da saude pública no sentido de serem removidos os doentes para aquella enfermaria, visto não ser possível consentir-se no tratamento de casas particulares que se prestem a esse serviço, atento os graves prejuízos que podem resultar á salubridade pública.

Deus Guarde a V. S.^o.—Domingos Monteiro Peixoto.—Sr. Dr. chefe de polícia interino.

Palácio do Governo da Província do Amazonas, em Manaus, 16 de Fevereiro de 1874.—Mande entregar ao inspector da thesouraria de fazenda vinte e quatro lençóis grandes, afim de serem empregados na enfermaria.



de variolosos, devendo apresentar a conta para ordenar o pagamento pela thesouraria geral.

Deos Guarde à Vmc.—*Domingos Monteiro Peixoto.*
—Sr. Felinto Elísio Fernandes de Moraes, Director dos Educandos Artífices.

Palácio do Governo da Província do Amazonas, em Manaus, 16 de Fevereiro de 1874.—Ihm.^o Sr.—Pelo Director dos Educandos lhe lão de ser entregues vinte e quatro lenços novos, feitos n'esse estabelecimento para o uso dos educandos, assim de V. S. empregal-os para o serviço da enfermaria dos variolosos da praça de S. Sebastião, devendo á vista da conta que for apresentada indemnizar a fazenda provincial do preço dos referidos lenços.

Deos Guarde a V. S.^o—*Domingos Monteiro Peixoto.*
—Ihm.^o Sr. Januário Antônio de Moraes, inspetor da thesouraria de fazenda.

Palácio do Governo da Presidência do Amazonas, em Manaus, 16 de Fevereiro de 1874.—Ao inspetor da thesouraria de fazenda mandei entregar pelo estabelecimento dos educandos vinte e quatro lenços para serem empregados na enfermaria de variolosos a seu cargo.

Deos Guarde a Vmc.—*Domingos Monteiro Peixoto.*
—Sr. Dr. Aprigio Martins de Menezes, encarregado da enfermaria de variolosos.

Província do Amazonas.—Palácio em Manaus, 16 de Fevereiro de 1874. — Tendo chegado ao meu conhecimento que na ponte dos Remédios está amarrado um barco carregado de peixe podre, que dizem pertencer a uma massa faliada, que com as suas exhalacões está empesando aquella parte da cidade, facto grave e que convém seja removido quanto antes, maximo em uma quadra como a actual, venho por isso ordenar a Vmc. que dentro da orbita dos seus deveres, e de conformidade com as leis que regem a matéria dê o destino conveniente a aquella geração, devendo para poder tomar uma resolução ser o exame feito por médicos com a citação prompta das partes interessadas.

Deos Guarde e Vmc.—*Domingos Monteiro Peixoto.*
—Sr. juiz do commercio da capital.

2.^a Secção.—N.^o 56.—Província do Amazonas. Palácio da Presidência em Manaus, 16 de Fevereiro de 1874.—Ihm.^o Sr.—Já tendo aparecido alguns casos fatais de variola e convindo por isso ter preparada a enfermaria da praça de S. Sebastião, recommendo a V. S.^o que nesse sentido preste todo o auxilio de que carecer o Dr. Aprigio Martins de Menezes, para a boa direcção da referida enfermaria, visto a impossibilidade que hia de conseguir pessoal idoneo para semelhante serviço.

Deos Guarde a V. S.^o—*Domingos Monteiro Peixoto.*
—Sr. coronel commandante das armas.

Palácio do Governo da Província do Amazonas, em Manaus, 17 de Fevereiro de 1874.—A' thesouraria de fazenda autorisei as despesas precisas para que nada falte na enfermaria dos variolosos da praça de S. Sebastião, e ás autoridades policiais; bem como ao commandante das armas recommendei que a Vmc. e ao inspetor da saúde publica prestassem todo o auxilio de que carecessem; o que lhe comunico para seu conhecimento.

Deos Guarde a Vmc.—*Domingos Monteiro Peixoto.*
—Sr. Dr. Aprigio Martins de Menezes, encarregado da enfermaria dos variolosos.

Palácio do Governo da Província do Amazonas, em Manaus, 17 de Fevereiro de 1874.—Declaro ainda mais uma vez para sua intelligencia, que o inspetor da thesouraria de fazenda está autorizado a fazer as despesas precisas, para que nada falte na enfermaria para o tratamento dos variolosos que n'ella forem recolhidos. Outrosim, sobre qualquer requisição que tenha de fazer a esta presidencia deverá ser por meio de officios.

Deos Guarde a Vmc.—*Domingos Monteiro Peixoto.*
—Sr. Dr. Aprigio Martins de Menezes, encarregado da enfermaria dos variolosos.

Província do Amazonas. Palácio em Manaus, 17 de Fevereiro de 1874.—Autorizo Vmc. de acordo com o inspetor da thesouraria de fazenda a alugar uma casa para servir de enfermaria para o tratamento de variolosos, se julgar conveniente não dever ella continuar montada na casa da praça de S. Sebastião.

Deos Guarde a Vmc.—*Domingos Monteiro Peixoto.*
—Sr. Dr. Aprigio Martins de Menezes.

N.^o 23.—3.^a Secção.—Província do Amazonas. Palácio em Manaus, 17 de Fevereiro de 1874.—Ihm.^o Sr.—Declaro-lhe em additamento ao meu officio de hontem, que deve prestar também todo o auxilio de que carecer o Dr. Aprigio Martins de Menezes, medico encarregado da direcção da enfermaria dos variolosos da praça de S. Sebastião.

Deos Guarde a V. S.^o—*Domingos Monteiro Peixoto.*
—Sr. Dr. Chefe de Policia.

2.^a Secção.—Palácio do Governo do Pará, 4 de Fevereiro de 1874.—Ihm.^o e Exm.^o Sr.—Comunico a V. Exc.^o que no dia 3 do corrente ás 11 horas da manhã instalou-se o Tribunal da Relação dos Distritos desta e dessa província, criado pela lei n. 2.342 de 6 de Agosto do anno findo.

Deos Guarde a V. Exc.^o—Ihm.^o e Exm.^o Sr. Presidente da Província do Amazonas.—O Presidente, Pedro Vicente de Azevedo.

4.^a Secção.—Província do Amazonas. Palácio da Presidência, em Manaus, 17 de Fevereiro de 1874.—Ihm.^o

e Exm.^o Sr.—Com a leitura do ofício de V. Exc.^o da 4^a do corrente, fiquei informado de ter sido instalado no dia 3 do mesmo mês, o Tribunal da Relação dos Distritos dessa província e desta; respondendo assim o referido ofício de V. Exc.^o a quem Deos Guarde.—Irm.^o e Exm.^o Sr. Presidente da Província do Pará.—O Presidente, Domingos Monteiro Peixoto.

—Ao inspector da thesouraria da fazenda.—Remetelhe a conta juntas das despesas feitas com a lancha n.^o na importância de 2103338 réis, assim de ser indemnizada a fazenda pelo juiz da direito da comarca do Rio Negro.

Ao mesmo.—Tendo terminado os seus trabalhos o conselho de guerra a que respondeu o reo grumete imperial Pedro Manoel de Lima, praça da guarnição da flotilha, conforme o ofício datado de 8 de agosto último daquele conselho, assim lhe declaro para sua ciência.

EXPEDIENTE DO MEZ DE OUTUBRO DE 1873.

Dia 3

Expediente

1.^a Secção.—Ao commandante da flotilha.—Enviando-lhe o inclusivo termo de inspecção de saúde porque passou o imperial marinheiro Manoel Celso Ramos, satisfaça sua raquisição contida em ofício datado de 29 do mes proximo preterito, sob n.^o 95.

2.^a Secção.—Ao engenheiro encarregado das obras militares.—Representando-me o commandante das armas a conveniencia de ser atendida a reclamação que o cirurgião encarregado da enfermaria militar desta capital faz de que naquella enfermaria sejam caixadas as salas, concertando o soalho da respectiva prisão, que se faça um armário e algumas prateleiras para a boa arracalção das roupas que se distribuem aos doentes e das que trazem vestidos no acto da entrada e que sejam melhoradas as condições do seu telhado, cumprę que tornando em consideração todos esses reparos e melhoramentos examine se são urgentes e apresente-me o orçamento das despesas de que circuns aquella enfermaria, para deliberar esta presidencia como julgar necessário.

Communicou-se ao sr. commandante das armas.

—Ao sr. commandante das armas.—Pelo seu ofício de data do bontem fico sciente de haver naquelle data, em consequencia de dar parte do doente o major commandante do corpo provisório de guardas nacionaes Innocencio Eustaquio Ferreira de Araujo, nomeado para comandar aquele corpo o major fiscal Manoel Ferreira dos Anjos e para fiscalizar o capitão honorario do exercito Cícero Rodrigues de Oliveira, o que approvo.

3.^a Secção.—Ao dr. juiz do direito da comarca da capital.—Tendo sido sorteados para os trabalhos da presente sessão judiciaria do termo desta capital os empregados desta repartição Francisco Ferreira da Lima Bacury, Felismino Rodrigues Coimbra e Antônio Teixeira Ponce de Leão, peço-lhe que os dispense desse trabalho, visto haver uma grande falta de empregados na repartição, em consequencia de acharem-se licenciados tres e um impossibilidade de comparecer.

Dia 4

Expediente.

3.^a Secção.—Portaria.—O presidente da província, tendo em vista o ofício do inspector do thesouro publico provincial datado de hoje sob n.º 61, em que lhe participa que não pôde no dia 2 do corrente reunir-se a junta da fazenda por se achar o mesmo inspector doente legalmente impedido o contador e o procurador fiscal, pedindo por isso substituto para o ultimo dos referidos empregados, visto ter de reunir-se hoje aquella junta, resolve em vista disto nomear procurador fiscal ad hoc o 1.^o escrivário do dito thesouro Francisco Leopoldo de Mattos Ribeiro, para servir em quanto durar o impedimento do efectivo serventuario.

—Ao inspector da thesouraria da fazenda.—Remetelhe a inclusa conta duplicada na importância de 463200 réis, de agua fornecida para a companhia de aprendizes marinheiros durante o mes de Setembro proximo findo, assim de que se sirva mandar pagar-a estando em termos.

—Ao mesmo.—Idem no valor de 1.722.5682 réis, de passagens e comedorias dadas a bordo dos vapores da companhia fluvial do Alto Amazonas por conta do ministerio da guerra.

—Ao mesmo.—Idem no valor de 170.500 réis, de uma passagem dada a bordo do vapor «Madeira» da mesma companhia por conta do ministerio da marinha.

—Ao mesmo.—Idem na importância de 70.000, idem por conta do ministerio da agricultura.

—Ao inspector do thesouro publico provincial.—Mando pagar a Bernardo Antônio de Oliveira Braga, a importância de 320.780 réis da inclusa conta de despesa feita no Pará com a desarga, frete e embarque para esta capital, do instrumental mandado vir de Pernambuco para o establecimento dos educandos artífices.

—Ao mesmo.—Mande pagar em termos a importância de sete mil réis como da inclusa conta, de uma passagem dada a bordo do vapor «Madeira» da companhia fluvial por conta da província.

Dia 6

Expediente

1.ª Secção.—Portaria.—O presidente da província, atendendo ao que lhe requereu o professor público da cidadela de Teles Bernardo Joaquim Batalha e informação do director da instrução pública prestada em ofício de 22 do mês proximo passado resolve nos termos do artigo 42 do regulamento n.º 18 de março de 1869 conceder-lhe um mês de licença com o respectivo ordenado para tratar de sua saúde onde lhe couvier.

Communicou-se.

2.ª Secção.—Portaria.—O presidente da província resolve approve o contrato celebrado na repartição das obras militares em 3 do corrente mês pelo conselho respetivo com os comerciantes desta praça Amorim & Irmãos, para o fornecimento de soleiras, hombreiras e arcos de pedra para o novo quartel.

Communicou-se.

—Idem.—O presidente da província, em vista do ofício do capitão encarregado das obras militares de 4 do presente, resolve approve o contrato firmado por José Felix Videira Braga, no conselho respetivo para a construção do engadamento na varanda do armazém d'artigos belicos.

Communicou-se.

—Ao commandante das armas.—Requisitando-me o juiz municipal desse termo que ordene que amanhã às 10 horas na casa de suas audiências lhe sejam apresentadas as peças do corpo provisório Domingos Felix das Neves, Manoel Geraldo, Camilo Nunes, Augusto P. Pinheiro, Wenceslão Balleiro Gama, André Augusto Custodio, Querino Leocadio, e Antônio José Gomes, para serem os três primeiros processados pelo crime de fuga de presos, e os outros para deporem como testemunhas; sirva-se neste sentido expedir suas ordens, de modo a ser satisfeita a requisição que fez aquella autoridade.

Dia 7

Expediente

1.ª Secção.—A câmara municipal da capital, declarando em resposta ao seu ofício desta data ficar intelectado de ter essa corporação dado começo aos trabalhos de suas sessões relativas ao quarto trimestre do corrente ano.

2.ª Secção.—Ao commandante das armas, declarando-lhe em resposta ao seu seu ofício de 6 do corrente que pode seguir viagem para a fronteira de Tabatinga no dia 11 do corrente, ficando encarregado do expediente desse comando o tenente-coronel do 3.º batalhão de artilharia a pé.

3.ª Secção.—Ao inspector da tesouraria da fazenda, remetendo para os devidos efeitos cópias dos contratos approvados e assignados por José Felix Videira Braga e Amorim e Irmãos para construção do engadamento com prateleiras a fazer-se no armazém d'artigos belicos, e fornecimento de soleiras, hombreiras e arcos de pedra para o novo quartel.

Dia 8

Expediente

2.ª Secção.—Ao commandante das armas, mandando dispensar do serviço do corpo provisório o tenente da guarda nacional Joaquim Cavalcante Falcão Barauna, conforme requerem.

3.ª Secção.—Portaria, declarando sem efeito a portaria n.º 110 de 15 de abril desse anno para estabelecer o distrito policial de Vista-Alegre no rio Purus e marcando-lhe por limites, conforme a portaria sob n.º 319 de 28 de dezembro do anno proximo passado, o rio Mucum, d'onde principia e o rio Mary onde termina.

Communicou-se ao dr. chefe de polícia.

Dia 9

Expediente

1.ª Secção.—A câmara municipal de Teles, respondendo-lhes que tendo sido realizado o contrato no exercício de 1872-1873, apresentadas todas as condições, dentro do exercício, e por motivo de força maior, como informa, concordados elles depois da junho, mas dentro do prazo adicional, deve o pagamento ser feito pela verba do artigo 3.º, § 20 da lei n.º 235 de 16 de maio de 1872 e o custeio pela do artigo 3.º § 12 da lei n.º 279 do corrente anno, pondo-se para esse fim em hasta pública, e depois de approvado pela presidencia o respectivo contrato.